

Quando os soldados não obedecem... Oficiais, Soldados e Trabalhadores na Revolução dos Cravos (1974-75)

Raquel Varela¹

“**Q**uando os de cima já não podem...

No dia 25 de Abril de 1974 um golpe levado a cabo pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) põe fim à ditadura portuguesa. De imediato, e contra o apelo dos militares que dirigiram o golpe – que insistiam pela rádio para as pessoas ficarem em casa –, milhares de pessoas saíram de suas casas, e foi com as pessoas à porta, a gritar “morte ao fascismo”, que no Quartel do Carmo, em Lisboa, o Governo foi cercado; as portas das prisões de Caxias e Peniche se abriram para saírem todos os presos políticos; a PIDE, a polícia política, foi desmantelada, atacada a sede do jornal do regime *A Época* e a censura abolida.

A revolução foi a tradução na metrópole da derrota da guerra colonial. A vitoriosa luta dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, apoiados nas massas camponesas e populares desses países, levou a que na Guiné o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), liderado por Amílcar Cabral, conseguisse declarar unilateralmente, ainda em 1973, a independência. Em Moçambique e Angola o exército colonial português sofria importantes derrotas. O arrastamento da guerra ao longo de treze anos, sem vislumbre de qualquer solução política no quadro do regime de Marcelo Caetano e a iminência de derrota abriram a crise nas forças armadas, coluna vertebral do Estado.²

Mas este factor de imediato coincide com a espontânea entrada na cena política de milhões de trabalhadores que viveram sob o jugo da ditadura mais longa da Europa, 48 anos. A velha metáfora tão usada por historiadores da revolução portuguesa aplica-se de facto: os oficiais destaparam uma panela de pressão. Tais acontecimentos tornar-se-ão, no entanto, ainda mais explosivos quando combinados, por um lado, com uma prolongada crise nacional que se reflectia não só na impossibilidade de ganhar militarmente a guerra mas no congelamento da mobilidade social (mais de 1 milhão e meio de trabalhadores partem para trabalhar na Europa Ocidental na década de 60), e por outro com o início da crise cíclica de 1973, a maior crise de acumulação depois do fim da II Guerra Mundial. Em 1974 a produção nos Estados Unidos, economia reguladora do sistema mundial, tinha caído 10,4% e o desemprego situava-se

em 9%.³ Em Portugal, a taxa de variação do Produto Interno Bruto passa de 11,2% em 1973 para 1,1% em 1974 e -4,3% em 1975.

A estes factores objectivos, que são parte de um processo de decadência nacional, junta-se o protagonismo do movimento operário. A maioria dos conflitos sociais da revolução portuguesa é protagonizada pelo operariado (19% da conflitualidade laboral dá-se na indústria têxtil, 15% na maquinaria e fabricação de produtos metálicos, 9% na construção e obras públicas, 7% na indústria química e alimentação), em particular o operariado das grandes cinturas industriais (Porto, Lisboa e Setúbal), com particular destaque para Lisboa, distrito no qual ocorrem 43% dos conflitos laborais.⁴ Portanto, trata-se de conflitos que ocorrem maioritariamente no sector que produz valor directamente, de uma classe operária relativamente jovem (a grande migração do campo para a cidade dá-se a partir do início dos anos de 1960) e concentrada geograficamente em torno da grande Lisboa, capital macrocéfala do País.

Uma semana depois do 25 de Abril de 1974, a manifestação do 1.º de Maio – que passa a ser feriado nacional, o Dia do Trabalhador – reúne cerca de meio milhão de pessoas em Lisboa. Medeiros Ferreira cita estudos que apontam para uma centena de manifestações, em que participaram cerca de 1 milhão de portugueses para ouvirem 200 oradores em todo o País.⁵ As ocupações de casas sucedem-se. Nos primeiros quinze dias de Maio há greves, paralisações e nalguns casos ocupações em dezenas de fábricas e empresas.

A segunda quinzena de Maio foi marcada pela radicalização dos conflitos sociais. A formação do I Governo Provisório, um governo frente-populista com a participação de comunistas, socialistas e liberais, no dia 16 de Maio de 1974, e os sucessivos apelos do Partido Comunista Português para que a classe trabalhadora apoiasse este Governo em nada acalmaram os conflitos sociais. A decisão do Governo, no dia 24 de Maio, de aprovar um salário mínimo de 3300 escudos, muito

¹Investigadora/Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

²ROSAS, Fernando. *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 136.

³COGGIOLA, Osvaldo, MARTINS, José. *Dinâmicas da Globalização* (Mercado Mundial e Ciclos Económicos. 1970-2005), São Paulo: Instituto Rosa Luxemburgo, 2006, p. 61.

⁴MUÑOZ, Duran. *Contención y Transgresión. Las Movilizaciones Sociales y el Estado en las Transiciones Española y Portuguesa*. Madrid: CPPC, 2000, p. 142.

⁵FERREIRA, António Medeiros. Portugal em Transe (1974-1985). In MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993, p. 35.

aquém do exigido pelos trabalhadores (4000 ou mesmo 6000 escudos)⁶, só radicalizou ainda mais o surto de greves e ocupações de fábricas e empresas. Nos últimos dias de Maio tornou-se evidente que já não se estava apenas perante um golpe militar que tinha aberto as portas à mudança de regime, mas face um poderoso movimento social que questionava a propriedade privada dos meios de produção. No dia 27 de Maio de 1974 os trabalhadores da panificação – contrariando o sindicato – entram em greve. Rebenta também nesta fase a greve da Carris, autocarros de Lisboa, porque os trabalhadores exigiam paridade com o Metro, mesmo contra um parecer desfavorável por parte do sindicato. Os trabalhadores dos CTT (correios) entram em greve. Lisboa não tinha autocarros, eléctricos, correio e pão.

O que mais impressiona do ponto de vista dos movimentos sociais na revolução portuguesa não é, porém, o seu número, relevante claro, mas a sua dinâmica. As greves que se registam são maioritariamente “selvagens”, decididas em assembleias democráticas de trabalhadores e dirigidas, na maior parte dos casos, pelas comissões de trabalhadores. São convocadas à margem do Partido Comunista e do Partido Socialista – ambos faziam parte do Governo – e dos sindicatos, que estavam agora a formar-se na maioria dos casos.

A percepção do papel dos militares na revolução portuguesa é indispensável para compreender o conjunto dos acontecimentos. As hipóteses analíticas devem partir, cremos, de duas ideias chave: a relação dos militares com o Estado, por um lado, e com os trabalhadores por outro.

O MFA faz o golpe de Estado a 25 de Abril de 1974. Os seus membros – capitães, oficialidade intermédia – eram, na sua maioria, oriundos da pequena burguesia, pouco politizados e limitados ao objectivo de pôr fim à guerra. Decidem entregar a direcção do País, através da Junta de Salvação Nacional, a um sector da burguesia portuguesa representado pelo general António de Spínola, que defende o fim da guerra mas quer uma solução neocolonial de tipo federalista para as colónias portuguesas.⁷ Fiel à sua classe, António de Spínola afirma na primeira comunicação da Junta de Salvação Nacional (JSN) ao País que a primeira tarefa política da JSN era “garantir a sobrevivência da Nação como Pátria soberana no seu todo pluricontinental”.⁸ No dia seguinte, o Programa do MFA afirma que a “política ultramarina do Governo Provisório começava por reconhecer que a solução das guerras no ultramar é política e não militar”.⁹ Em menos de 24 horas o País ficava a conhecer que havia divergências sobre a questão que esteve na origem do golpe: a forma de pôr fim à guerra e a solução para as colónias.¹⁰

⁶SANTOS, Maria de Lurdes, LIMA, Marinús Pires de, FERREIRA, Vítor Matias. *O 25 de Abril e as Lutas Sociais nas Empresas*. Porto: Afrontamento, 1976, 3 volumes.

⁷MAXWELL, Kenneth. *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

⁸In: 25 de Abril. Documento. Lisboa: Casa Viva Editora, 2ª edição, s/d, p. 180.

⁹Idem

¹⁰FERREIRA, *Op. Cit.* pp.21-33.

A burguesia portuguesa não estava preparada para vários factores: primeiro, que o MFA, independentemente da débil experiência política dos seus membros, era *de facto* contra a guerra – era isso que tinha motivado a oficialidade intermédia a fazer o golpe; segundo, que a seguir ao golpe de estado se iniciou um processo revolucionário; finalmente, que os movimentos de libertação, apoiados massivamente pelas populações locais, resistiriam e lutariam pela independência. Por estes factores, a brecha que se abriu no seio da classe dominante não é solucionada pelo golpe de estado. Pelo contrário, a crise abre a porta à revolução; a revolução agrava a crise; a revolução acelera a independência das colónias; a luta pela independência das colónias influi no MFA e na revolução metropolitana.

É neste quadro que o MFA, em acordo com o Partido Comunista, começa a surgir como uma das peças fundamentais de estabilização do regime e contenção da revolução. Este apoio dos trabalhadores ao MFA é dado não só pelo prestígio do Movimento que derrubara a ditadura mas pelo próprio Partido Comunista, que começa a ver no MFA o parceiro da sua estratégia frentista. A 30 de Abril de 1974, Álvaro Cunhal regressa do exílio e dá uma conferência de imprensa onde afirma, perante centenas de apoiantes, que “o nosso povo, em aliança com os militares do 25 de Abril conduzirão o nosso país pelo caminho da liberdade, da democracia e da paz”.¹¹ A 17 de Julho de 1974, a direcção do PCP afirma que :

Quem combate sistematicamente o Governo Provisório e o Movimento das Forças Armadas serve os interesses da reacção e do fascismo (...). O PCP defende naturalmente o direito dos cidadãos de discordarem de medidas governativas (...) Mas insiste em que (...) o prosseguimento da política de democratização exige das forças democráticas e das massas populares um apoio activo, constante e criador ao novo Governo Provisório e ao Movimento das Forças Armadas.¹²

Entre Julho de 1974 e Agosto de 1975, o papel do MFA, em acordo maioritário com o Partido Comunista e o Partido Socialista, é o de, por um lado, isolar os sectores de direita directamente ligados ao regime de Salazar e, por outro, conter as reivindicações, greves e processo de luta dos trabalhadores, ajudando a enquadrar o movimento operário nos sindicatos, maioritariamente dirigidos pelo PCP. A partir de Julho de 1974 os Governos Provisórios que se sucedem têm sempre na sua composição membros do PCP, do PS e do MFA, que procuram fazer uma política clássica de frente popular, promulgando leis como a da greve, a da requisição civil ou a da unicidade sindical, que visavam controlar o movimento operário.

¹¹Regresso do exílio de Álvaro Cunhal. <http://www.cm-odivelas.pt/Extras/MFA/cronologia.asp?canal=7> Consultado a 29 de Janeiro de 2008.

¹²Comunicado da Comissão Política do CC do PCP de 17 de Julho de 1974.

É assim que os golpes de estado de direita de 28 de Setembro de 1974 e 11 de Março de 1975 são massivamente derrotados pelo MFA e pelos trabalhadores, que ocupam fábricas, sindicatos, se barricam nas ruas do País contra o sector da burguesia representado por Spínola, em defesa da democracia. E é assim também que caberá ao MFA – o ministro do Trabalho é um homem do MFA próximo do Partido Comunista, capitão Costa Martins, e o secretário de Estado do Trabalho é Carlos Carvalhas, membro do PCP¹³ – liderar a repressão armada contra os trabalhadores quando os seus objectivos ou métodos objectivamente colocam no horizonte a luta pelo socialismo.

...e os de baixo já não querem”

Às zero horas do dia 17 de Junho de 1974 entraram em greve 35 000 trabalhadores dos CTT (menos as telecomunicações), a nível nacional, mesmo depois de o Governo, no dia 16, ter emitido uma nota onde apelava à consciência dos trabalhadores para a grave atitude de uma greve geral num sector chave.¹⁴ No dia 18, uma reunião junta a comissão pró-sindicato, o MFA e o Ministério do Trabalho, mas não chega a nenhum acordo. No dia seguinte, o Governo afirma que se recusa a ultrapassar os limites salariais da contraproposta. A Intersindical e o PCP declaram-se contra a greve nesse dia 19 de Junho.¹⁵ Mas sectores da extrema-esquerda tomam a posição contrária. O MES (Movimento de Esquerda Socialista) afirma em comunicado o “*apoio à luta dos trabalhadores dos CTT, porque as reivindicações e as formas de luta para as conquistas foram decididas pelos próprios trabalhadores*”.¹⁶ O MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), maoísta, defende “*a grande e justa greve nacional dos trabalhadores dos CTT*!”.¹⁷ A greve termina, porém, no dia 20, não devido a um acordo entre o Governo e a comissão pró-sindicato, mas pela ameaça de intervenção militar: “*a pedido do Governo, as Forças Armadas estavam preparadas para intervir a fim de assegurar o funcionamento dos serviços*”.¹⁸

A greve da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) é emblemática. É uma luta operária, num sector chave da economia, e que vai ser reprimida, com armas, pelo Governo onde estavam o MFA, o PS e o PCP. No dia 2 de Maio de 1974 a comissão sindical da TAP apresentou um documento à Junta de Salvação Nacional onde fazia uma série de reivindicações salariais, saneamentos e de organização da empresa que apontavam para a autogestão e a readmissão de todos os despedidos sem justa causa. Na tentativa de conciliar os interesses das partes em conflito, cria-se uma Comissão Administrativa (CA) – composta por 3 representantes dos

trabalhadores e 3 militares da Junta de Salvação Nacional – presidida pelo coronel Moura Pinto. No dia 25 de Julho os Comités Operários de Base (COB) lançam um comunicado onde questionam a autogestão da empresa – numa empresa capitalista não há conciliação possível de interesses de classe antagónicos, argumentam – e elaboram um documento que aponta para a greve em Agosto, para que se façam os saneamentos, para que prossiga a negociação do ACT (Acordo Colectivo de Trabalho) e a proibição dos despedimentos sem justa causa:

Não nos deixaremos intimidar por manobras que tentem levar-nos a desistir da nossa luta, nomeadamente por aqueles que agitam o espantallo do caos económico. O caos económico foi o que sempre existiu e continua a existir. O caos económico é a produção não estar orientada para a satisfação das necessidades da maioria e estar orientada para o lucro máximo de uma minoria. Isso é que é o caos económico e esse caos só acabará quando a nossa luta atingir a vitória final, o capitalismo for derrubado e passemos a estar nós trabalhadores a controlar toda a sociedade no sentido de atingir uma sociedade sem classes, sem exploradores nem explorados.¹⁹

No dia 26 de Agosto, data limite que os trabalhadores tinham dado à empresa para atender as reivindicações, os trabalhadores da Divisão de Manutenção e Engenharia (ME) entram em greve. O Governo responde enviando a tropa para reprimir a greve e, no dia 28, os trabalhadores são enquadrados no Regulamento de Disciplina Militar.

No dia 22 de Agosto de 1974 os trabalhadores do *Jornal do Comércio*, três centenas, entram em greve e ocupam as instalações da empresa exigindo a demissão de Carlos Machado e a equiparação salarial com os trabalhadores do *Diário Popular*. Exigem liberdade de imprensa e acusam o jornal de ter uma linha política de extrema-direita e de obrigar os trabalhadores a seguir essa linha. Perante a recusa da administração em negociar, os trabalhadores mantêm a greve e decidem publicar um jornal de greve. O Governo responde novamente com armas. Na noite de 26 para 27 de Agosto, a Polícia de Segurança Pública (PSP) e uma bateria do RAL 1 (Regimento de Artilharia Ligeira 1) cercam as instalações e, no dia 28, desocupam-nas e selam-nas para impedir a continuação da saída do jornal de greve.

O caso vai gerar uma onda de solidariedade de toda a imprensa: no dia 29 o Sindicato dos Jornalistas solidariza-se com o protesto; a 3 de Setembro uma assembleia convocada pelo SJ e pelos sindicatos de artes gráficas, revisores de imprensa e vendedores de jornais e lotaria convoca uma greve nacional de 24 horas. No dia 4 só dois jornais se vendem, *O Século* e o *Diário de Lisboa*. A greve do *Jornal do Comércio*, que durou 46 dias, prosseguiu. A 28 de Setembro, Carlos Machado é preso por ter participado no falhado golpe spinolista.

¹³ Carlos Carvalhas será secretário-geral do PCP entre 1992 e 2004.

¹⁴ In: SANTOS, Op. Cit. p.19.

¹⁵ «Greve dos CTT», 19 de Junho de 1974. In: Centro Documentação 25 de Abril, Fundo de Comunicados e Panfletos/PCP

¹⁶ SANTOS Op. Cit. p.21.

¹⁷ In Luta Popular, 20 de Junho de 1974, p. 7.

¹⁸ SANTOS, Op. Cit. p.11.

¹⁹ In SANTOS, Op. Cit. 3.º volume, p. 125.

No meio desta intensa conflitualidade social, o Governo Provisório faz aprovar a Lei da Greve, que entra em vigor a 27 de Agosto de 1974, uma lei logo considerada pelos sectores mais à esquerda de “anti-operária”. A lei prevê que: 1) Os contratos colectivos não podem ser renegociados antes do fim do prazo, o que significava, num quadro de inflação de dois dígitos, que os salários eram rapidamente engolidos por esta; 2) Proíbe a greve às forças militares e militarizadas, aos bombeiros, às forças policiais e aos magistrados judiciais; 3) Proíbe a “*cessação isolada de trabalho por parte do pessoal colocado em sectores estratégicos da empresa, com o fim de desorganizar o processo produtivo*” e proíbe a ocupação dos locais de trabalho durante a greve; 4) No seu artigo 6.º proíbe a greve política e de solidariedade “*que não interesse à mesma profissão*”; 5) Prevê, numa altura em que a maioria dos conflitos laborais eram dirigidos pelas comissões de trabalhadores, que a greve é decidida pelas comissões sindicais e, quando não existem, pode ser decidida pelas assembleias de trabalhadores desde que as decisões das assembleias de trabalhadores sejam submetidas a um escrutínio, tenham mais de 50% dos votos e no escrutínio esteja presente um representante do Ministério do Trabalho; 6) Assegura à entidade patronal o direito de *lock-out*.

É uma lei que surge devido à falta de controlo dos componentes do Governo Provisório, incluindo o PCP e o MFA, sobre a classe trabalhadora. Como afirma Miguel Pérez, a lei da greve tinha “*alvos claros: não são permitidas as greves de solidariedade nem as ocupações, e qualquer paralisação deve ser precedida por um período de negociações de 30 dias, estabelecendo-se que são os sindicatos os órgãos competentes para a desencadear*”.²⁰ Philippe Schmitter fala de uma “*séria restrição do direito à greve*”.²¹

A luta dos operários da Lisnave, a maior concentração operária do País, com cerca de 8000 operários, transforma-se num combate contra a lei da greve. Tal como a TAP, os estaleiros navais da Lisnave são economicamente estratégicos para o País. Mas são também uma empresa de indústria pesada, situada na Margem Sul do Tejo, bastião operário.

No dia 7 de Setembro um plenário com 2000 trabalhadores ratifica a decisão de convocar uma manifestação que levava os metalúrgicos da Lisnave para o centro da cidade de Lisboa, até ao Ministério do Trabalho, na Praça de Londres. Os trabalhadores da Lisnave exigem o saneamento da administração e recusam a lei da greve, que chamam nos comunicados de “*lei anti-greve*”.²²

O Governo, através do Ministério da Administração Interna, ilegaliza a manifestação nesse mesmo dia 11, temendo o alastramento da luta a outras empresas. Pela manhã de dia 12 uma delegação do MFA vai à Lisnave tentar convencer os operários a adiarem a manifestação para um sábado. Em vão. No dia 12, os operários, reunidos no interior do estaleiro, ratificam a manifestação, com apenas 25 votos contra. Lá fora, as forças do COPCON (Comando Operacional do Continente), as forças de repressão do MFA, cercam, com grande aparato militar, o estaleiro. Mas os fuzileiros, num dos momentos mais emblemáticos da revolução portuguesa, recusam-se a reprimir a manifestação, que avança. Sete mil operários, fardados de azul, atravessam a pé a ponte sobre o Tejo e percorrem as principais avenidas de Lisboa por 6 horas. Param à frente do Ministério do Trabalho onde lêem o seguinte comunicado:

(...) Que não estamos com o Governo, quando promulga leis anti-operárias, restritivas à luta dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Que lutaremos activamente contra a 'lei da greve' porque é um golpe profundo nas liberdades dos trabalhadores. Que repudiamos o direito que os patrões têm de colocar na miséria milhares de trabalhadores porque a lei do *lock-out* é uma lei contra os operários e de protecção aos capitalistas.²³

A dualidade de poderes

A consulta à documentação do Foreign Office britânico revela que as chancelarias ocidentais, logo em Maio de 1974, acreditam que a radicalização da revolução pode dar-se em duas vertentes: em primeiro lugar, os efeitos da crise económica na radicalização social e, em segundo, os efeitos que o derrube do regime pela oficialidade intermédia podia ter nos soldados.²⁴ Os seus temores revelar-se-ão realistas.

Os operários da Lisnave tinham à sua passagem feito os fuzileiros recuar. No dia 7 de Fevereiro de 1975 outro momento de quebra da disciplina militar ficará para a história. A realização de manobras militares da NATO nos arredores de Lisboa, vista como uma provocação, é o momento escolhido pela coordenadora das comissões de trabalhadores, sob proposta da fábrica Efacec, para fazer uma manifestação. O Governo decreta a proibição de manifestações entre 7 e 12 de Fevereiro de 1975. O PCP lança no dia 4 de Fevereiro um comunicado do Comité Central em que critica o perigo de manobras da NATO no meio de uma grande tensão social, mas mantém a defesa da participação de Portugal nesta aliança militar, nas “*actuais condições*”, e denuncia a manifestação como

²⁰PÉREZ, Miguel, *Contra a Exploração Capitalista: Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-75)*, Dissertação de Mestrado em História dos Séculos XIX e XX, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Agosto de 2008, p. 104.

²¹SCHMITTER, Philip. *Portugal: Do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: ICS, 1999, p. 218.

²²In SANTOS, Op. Cit. p. 110-112.

²³In SANTOS, Op. Cit. p. 110-112.

²⁴Foreign Office, Central Department and Foreign and Commonwealth Office, Southern European Department: Registered Files (C and WS Series) FCO 9/2072 Visit by Dr Mario Soares, Portuguese Minister of Foreign Affairs to London and other European capitals, 1-6 May 1974 . Foreign Office, Date: 1974. Source: The Catalogue of The National Archives.

provocatória.²⁵ No Governo, junto com o PS, vota a favor da proibição da manifestação. Mas a comissão inter-empresas reúne força social para avançar e a manifestação realiza-se, com 80 000 pessoas.

Na manifestação há discursos inflamados contra as políticas defendidas pelo Governo e pelo PCP: a batalha pela produção nacional, a Intersindical, acusada de “amarela” e “reformista”.²⁶ Mas o facto mais importante da manifestação dá-se quando o cordão militar adere às palavras de ordem da manifestação contra a NATO, sob o aplauso entusiástico dos manifestantes.

A manifestação mostra, da mesma forma que tinha sido claro na militarização da TAP, que há um campo de divisão no seio das forças armadas e que o “*Povo não está com o MFA*” ou, para sermos precisos, que uma parte dos trabalhadores – entre eles o seu sector mais combativo – em determinados momentos, não estava com o MFA. E que sectores dos soldados, da base das forças armadas, estavam também com estes trabalhadores.

No dia 11 de Março de 1975, um golpe de direita tenta pôr fim à revolução. É derrotado. A história da revolução portuguesa depois de 11 de Março de 1975 demonstrou que a etapa democrática da revolução tinha sido, em menos de um ano, ultrapassada pelos principais protagonistas do processo revolucionário – as classes trabalhadoras e parte dos sectores intermédios da sociedade portuguesa – que lutaram nas fábricas, nos bairros, nos locais de trabalho, com métodos de luta e reivindicações que faziam da etapa democrática um dado adquirido e do socialismo uma possibilidade.

A seguir ao 11 de Março a situação social é a mais radicalizada desde o início da revolução. Há greves, ameaças de greve, conflitos laborais entre Maio e Junho de 1975 nos metalúrgicos, nos químicos, na hotelaria, nos têxteis, nas câmaras municipais, na construção civil, nas minas, electricistas, padeiros, gráficos, TAP.²⁷ As ocupações alastram pelo Ribatejo e Alentejo. As nacionalizações são levadas a cabo em dezenas de grandes empresas. E surgem as ocupações de casas, que avançam a nível nacional num ritmo extraordinário, logo a partir de meados do mês de Fevereiro de 1975, em Lisboa, Porto e Setúbal, sobretudo. As comissões de moradores passam a ser, em muitos casos, a base organizativa do movimento social urbano, e transformam-se, na análise de Dows, num “*verdadeiro duplo poder ao nível da cidade*”.²⁸ Também Valério Arcary considera que a derrota da direita no 11 de Março abre caminho à radicalização da revolução e à dualidade de poderes.²⁹

²⁵In *Avante!*, Série VII, 6 de Fevereiro de 1974, p. 3.

²⁶PÉREZ, Op. Cit. p. 139.

²⁷*Diário de Lisboa*, 5 de Maio de 1975, p. 1; *Diário de Lisboa*, 6 de Maio de 1975, p. 1

²⁸DOWS, Chip. *Os Moradores à Conquista da Cidade*. Lisboa: Armazém das Letras, 1978, p. 59.

²⁹ARCARY, Valério. “Quando o Futuro era Agora. Trinta Anos da Revolução Portuguesa”. *Outubro*, São Paulo: Xamã, nº 11, 2004, pp.: 78.

Muitas destas lutas tiveram sucessos extraordinários, educando militantes, convencendo activistas, organizando cada vez mais gente. Como refere Chip Dows, as reivindicações dos trabalhadores e das camadas populares não são intrinsecamente revolucionárias,

Mas é com a experiência de luta pela satisfação da reivindicação e pelo direito ao controle directo sobre a sua resolução que esse significado político se vai acentuar e evoluir. (...) É a consciência de revolta que se apodera das pessoas; o sentimento de que têm algo a dizer e a propor em relação ao quotidiano que lhes pretendem impor, embora na maioria das vezes não o consigam exprimir claramente.³⁰

A radicalização da revolução implicou a transformação, depois de 11 de Março de 1975, de uma crise de regime numa crise geral do Estado, traduzindo-se na maior crise governativa da revolução. PS e liberais abandonam o Governo deixando o PCP formar, já no Verão de 1975, contra a sua vontade, um governo, o V Governo Provisório, construído por militares profundamente divididos.

Uma grande parte do MFA, reunida no agora baptizado Grupo dos Nove, alia-se ao Partido Socialista, à direita e à Igreja e irá encabeçar o golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro de 1975; uma ala, encabeçada por Vasco Gonçalves, mantém-se fiel à estratégia do Partido Comunista de conservar a revolução nos marcos de um regime democrático, no quadro da NATO, com uma economia capitalista regulada; e uma outra ala parece estar disposta a levar a cabo uma via *putschista* de tomada do poder, tentando concretizar em Portugal um projecto *a la* Nasser como no Egipto ou como Alvarado no Peru. Finalmente, desta crise do MFA brota a revolução nos quartéis, com os soldados a avançarem para a constituição de comissões de soldados.

“Sovietização” das Forças Armadas?

É consensual entre a historiografia portuguesa que Portugal estava, durante o VI Governo, a viver uma crise político-militar e que o desfecho da revolução se aproximava.³¹ A teorização dos processos revolucionários aponta para a definição de um momento da revolução em que o seu desfecho, independentemente do resultado, é inevitável, ou seja, para um momento em que ou se dá um deslocamento do Estado, via insurreccional, feito pelos trabalhadores/camponeses (e dirigido por um partido, ou um conselho – revolução russa – ou um partido-exército – revolução chinesa), ou um golpe contra-revolucionário inicia a estabilização do Estado sob direcção da burguesia e seus aliados. Este seria o momento definido por crise revolucionária.

³⁰DOWS, Op. Cit. p. 61-62.

³¹REZOLA, Op. Cit; MAXWELL, Op. Cit. p. 129; FERREIRA, Op. Cit. pp. 21-33.

No fim de Agosto de 1975, depois de aceitar a substituição do V Governo e participar no VI Governo, liderado por Pinheiro de Azevedo, o PCP está no seu momento de maior fragilidade desde o início da revolução, porque o desmembramento do MFA arrasta consigo a “aliança Povo-MFA”, deixando os trabalhadores “órfãos” da direção que o próprio PCP tinha construído. Mesmo autores que não coincidem com a tese que aqui defendemos partilham a análise da fragilidade do PCP neste momento, devido ao desmoronamento do MFA.³²

Mas não é só o PCP que entra em crise. O pilar de sustentação do Estado na revolução, o MFA, cai, arrastando consigo a estabilidade – que com crises tinha sido apesar de tudo mantida – das Forças Armadas, abrindo espaço à intensificação da dualidade de poderes dentro destas. A revolução entra definitivamente nos quartéis, com a progressiva organização dos soldados nas comissões de soldados, pela mão dos SUV, da Polícia Militar, das Assembleias Populares.

No dia 5 de Setembro de 1975, o Grupo dos Nove consegue afastar Vasco Gonçalves e isolar a esquerda militar na Assembleia do MFA (conhecida como assembleia de Tancos) e no Conselho da Revolução, invertendo nessas estruturas – mas não nos quartéis – a correlação de forças a favor do Grupo dos Nove. Na Assembleia determina-se a reestruturação do Conselho da Revolução: os gonçalvistas, até aí majoritários, ficam com 3 elementos; o Grupo dos Nove, com 7. Fazem parte ainda Pinheiro de Azevedo e Morais da Silva, cada vez mais do lado do Grupo dos Nove,³³ e Otelo e Costa Gomes, o primeiro com uma posição titubeante e o segundo um árbitro das várias fracções que politicamente acabará tomando posição ao lado dos Nove também. É o início de um processo de recomposição da hierarquia das Forças Armadas.

A 7 de Setembro, apenas dois dias depois, um grupo de soldado embaçados (que se mantinham clandestinos) dão uma conferência de imprensa onde anunciam a criação dos SUV (Soldado Unidos Vencerão), uma organização de soldados que propõe a generalização da criação de comissões de soldados no Exército e que se afirma contra o MFA e pela “destruição do Exército burguês”.³⁴ Nesse mesmo dia, a Companhia 8246 do Regimento de Polícia Militar (RPM) recusa-se a embarcar para Angola.

No dia 9 de Setembro, reagindo ao “*minar da disciplina e obediência militar*”, o Conselho da Revolução faz publicar a Lei 11/75 em que proíbe aos órgãos de comunicação social “*a divulgação de relatos e notícias, etc., sobre acontecimentos ou tomadas de posição nas unidades militares*”.³⁵ Conhecida como “Lei

da Censura Militar”, nunca foi posta em prática, porque os jornais, a rádio e a televisão se recusaram a cumpri-la. Quinze dias depois é revogada.

No dia 21 de Setembro, 1500 soldados fardados, sob direcção dos SUV, junto a 10 mil civis, desfilam numa manifestação no Porto contra o Governo e os generais Fabião e Charais, que acusam de tentarem pôr fim à revolução. Nesse dia também rebentam engenhos explosivos na messe do Estado-maior da Armada, onde dormia Pinheiro de Azevedo, primeiro-ministro. Nessa noite, de 21 para 22, os deficientes das Forças Armadas, que não viam as suas reivindicações satisfeitas, ocupam a Ponte 25 de Abril, a ponte que une as duas margens do Tejo na grande Lisboa, e no dia 25 os mesmos ocupam os estúdios da Emissora Nacional. Nesse dia 25, em Lisboa, uma manifestação dos SUV é considerada a maior manifestação de soldados desde sempre realizada em Portugal.

No dia 24 de Setembro o Estado-Maior do Exército reúne-se para enfrentar a crise: “*as questões disciplinares em geral e em particular os SUV e ainda a falta de pessoal de enquadramento com suficiente competência para neutralizar os grupúsculos que se têm vindo a formar no interior das FA*”.³⁶ Nessa reunião decide-se a revitalização dos órgãos do MFA ao nível da unidade e regiões militares para evitar a “*criação de organizações paralelas dentro dos quartéis*”.³⁷

No dia 27 dá-se o assalto e destruição, por manifestantes de extrema-esquerda, da embaixada e consulados de Espanha, contra o regime franquista, em repúdio pela condenação à morte de 6 nacionalistas bascos. As ordens dadas pelo COPCON para proteger as instalações diplomáticas de Espanha não são acatadas.

Os SUV são de particular importância nesta crise porque defendem a criação de comissões de soldados. Mário Soares, líder do Partido Socialista, dirá mais tarde a Maria João Avilez que:

É exacto, nessa época o poder estava em plena desagregação e era influenciado pelas manifestação de rua (...) Os SUV foram mais um degrau na escalada revolucionária, uma óbvia tentativa de sovietação do Exército, que precederia naturalmente a destruição da instituição militar, para sobre ela edificar um outro poder.³⁸

Perante a conflitualidade dentro das Forças Armadas o Conselho da Revolução conclui por uma série de medidas repressivas, que passavam sobretudo por saneamentos de militares afectos aos vários sectores de esquerda, numa tentativa de reconstruir a hierarquia militar. Decide-se atender parte das reivindicações dos deficientes das Forças Armadas, dissolver o Regimento de Polícia Militar, e a criação de um Agrupamento Militar de Intervenção (AMI), que seria uma força disciplinada composta por forças operacionais dos três ramos das

³²CUNHA, Carlos A. *The Portuguese Communist Party's Strategy for Power 1921-1986*. Garland Publishing: Inc. New York & London, 1992, p. 259.

³³REZOLA, Op. Cit. p. 399.

³⁴Os SUV em Luta. Lisboa, 1975.

³⁵Cronologia Pulsar da Revolução. In <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarSetembro75>. Consultado a 16 de Fevereiro de 1975.

³⁶REZOLA, Op. Cit. p. 418.

³⁷Idem, p. 418.

³⁸Idem, p. 483.

Forças Armadas, capaz de responder àquilo que consideravam ser uma ameaça à “tranquilidade nacional”.

A 30 de Setembro, o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo ordena a ocupação dos emissores de televisão e rádio, argumentando que “*era para evitar declarar o estado de sítio*”, que, na sua opinião, era o que a situação de facto exigia”.³⁹ Mas nem assim o conflito vai ser controlado. No dia 1 de Outubro oficiais do Exército selam os emissores da Buraca, em Lisboa, e a PSP fica a vigiar o local. Seguem-se protestos contra a decisão do Governo e a 21 uma manifestação, seguida de acampamento em frente dos emissores, organizada por comissões de soldados, moradores e trabalhadores, consegue a desselagem das instalações. A 7 de Novembro o Governo assume a sua falta de autoridade quando manda destruir à bomba os emissores. Como refere Paula Borges Santos, o caso Rádio Renascença é um espelho da falta de autoridade dos sucessivos governos que não conseguiram controlar o conflito nem com a criação de comissões administrativas, nem com os planos de nacionalização, nem com a ocupação militar da Emissora.⁴⁰ No fim, um único método: a destruição física, à bomba.

Quando decide suspender o Governo de funções, a 20 de Novembro de 1975 – depois de 100 mil operários da construção civil terem sequestrado a Assembleia Constituinte por quase 3 dias –, Pinheiro de Azevedo, primeiro-ministro, no seu estilo frontal e indiscreto, responde a uma jornalista que o tinha questionado sobre a situação militar: “*A situação, tanto quanto eu sei, continua na mesma: primeiro fazem-se plenários e depois é que se cumprem as ordens!*”⁴¹

Uma utopia pequeno-burguesa?

No biénio 1974-75 em Portugal a burguesia portuguesa governou e garantiu a sua vitória no processo revolucionário através de governos de frente popular (ao todo 6 governos em 19 meses) que tinham no Movimento das Forças Armadas um dos seus principais pilares. Uma das suas vitórias esteve certamente na capacidade de garantir a confiança dos trabalhadores no MFA. Este projecto, que para a burguesia portuguesa foi tático – uma tábua de salvação quando as suas próprias forças não garantiam a estabilidade do Estado –, só foi possível de concretizar porque ele correspondia, no que diz respeito ao sistema de alianças, ao projecto estratégico da principal direcção do movimento operário português, o Partido Comunista, que desde os primeiros dias a seguir ao 25 de Abril acarinhou, na célebre política de “*aliança Povo-MFA*”, a ideia de que a transição da ditadura para a democracia teria sido indolor (olvidando o papel das revoluções anticoloniais) e que a transição da democracia

para o socialismo seria igualmente pacífica, sem sofrimento, sem guerra civil, e poderia ser conduzida pelos mesmos actores, o MFA. Em pleno cerco da Assembleia Constituinte pelos operários da construção civil, o PCP publica no seu jornal um artigo de celebração da revolução russa, onde se pode ler:

Tudo faremos para tornar possível o caminho pacífico para o socialismo. (...) Outubro significa mais que insurreição. (...) Outubro significa o golpe de finados do capitalismo e embora sem pressas, sem precipitações, sem a impaciência de queimar etapas, sabendo avançar e sabendo recuar, tudo faremos para que esse dobre de finados soe o mais prontamente possível na nossa Pátria.⁴²

No dia 25 de Novembro de 1975 um golpe, levado a cabo pelo maioria do MFA, reunida em torno do Grupo dos Nove, o PS, a Igreja, a direita afecta ao regime de Salazar e com a recusa do PCP (que impediu as suas unidades militares de avançarem e a Intersindical de resistir)⁴³ em resistir, iniciou a contra-revolução ao fazer retornar aos quartéis a disciplina e ao repor a hierarquia das Forças Armadas. A política da “revolução democrática” dos comunistas, que teve um respaldo extraordinário na oficialidade intermédia do regime, aponta para uma transição sem limite definido que mantém a continuação da dominação burguesa, dentro do quadro da democracia representativa, e no respeito pela propriedade privada, combinada com outras formas de propriedade. Nesse sentido não foi uma revolução, mas uma forma de regime, que se opôs a outras forças que se moveram no curso da revolução portuguesa e cujos objectivos e métodos apontavam para uma revolução social.

³⁹ Idem, p. 423.

⁴⁰ SANTOS, Paula Borges. «O Caso da Rádio Renascença». *História*, n.º 27, Julho/Agosto 2000, p. 57.

⁴¹ A r q u i v o d a R T P . <http://www.youtube.com/watch?v=6DB42QUJYSM>. Consultado a 19 de Janeiro de 1975.

⁴² In *Avante!*, 13 de Novembro de 1975, p. 9.

⁴³ CUNHAL, Álvaro. *Do 25 de Novembro às Eleições para a Assembleia Constituinte*. Discursos Políticos 6. Lisboa: Edições Avante!, 1976. CUNHAL, Álvaro. *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*. Lisboa: Edições Avante!, 1999.